

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PARA ESTUDANTES AUTISTAS

Iago Silva Brito

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Capes

Patrícia Gräff

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS)

iago.brito@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

Essa pesquisa aborda a temática da permanência de estudantes Autistas no Ensino Superior, partindo do pressuposto de que o acesso à Educação Superior é um direito assegurado por legislações como a Lei n.º 12.711/2012, que reserva vagas para pessoas com deficiência, e o Decreto n.º 11.785/2023, que institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Nessa linha, nessa pesquisa buscamos, a partir do conceito foucaultiano de biopolítica, responder a seguinte pergunta: *“Como a permanência de estudantes Autistas no Ensino Superior é descrita pela literatura?”* Para responder a essa pergunta, como objetivo geral, pretendemos: compreender como a literatura descreve os desafios e as condições de permanência de estudantes Autistas no Ensino Superior. Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos: a) Compreender como as políticas educacionais podem ou não gerar barreiras institucionais, que perpetuam a exclusão estrutural desses estudantes; b) mapear os principais fatores que dificultam a permanência de estudantes Autistas, como adaptações, suporte pedagógico, apoio e normativas governamentais, e; c) como as disposições legais e normativas dialogam com a literatura.

Esse cenário será investigado compreendendo que as normas do ambiente universitário não são somente regulações objetivas, mas também instrumentos técnicos de controle dos corpos, conduzindo os indivíduos conforme as instituições sociais. As normas no Ensino Superior, ao seguir um padrão geral para corpos com deficiência,



definem o que é considerado “normal” nesse âmbito acadêmico. Contudo, a validade dessas normas é questionável para estudantes Autistas, cujas necessidades e características, frequentemente, não se alinham com o considerado “normativo”.

Desta forma, a pesquisa busca trazer visibilidade às barreiras e desafios enfrentados por estudantes Autistas, compreendendo que a história do autismo é atravessada por concepções sociais, psicológicas e médicas que não são fixas, mas sofreram alterações ao longo do tempo. A partir dessa compreensão, é possível tensionar tanto a sua produção histórica, quanto às diretrizes, normativas e orientações que balizam a organização estatal em torno do tema. Para pensar sobre pessoas com deficiência no contexto educacional é necessário interrogar aquilo que está posto nesse campo e compreender a formação racista no pensamento social brasileiro — principalmente pela aversão a indivíduos marcados por algum estigma.

2. Metodologia

A metodologia da pesquisa está aportada em uma base epistemológica pós-crítica, buscando não construir aquilo que já foi posto, mas investigar, analisar, remodelar, repensando em como as normas e estratégias de governo foram construídas e constituídas na sociedade, através dos contextos históricos vivenciados. Os estudos pós-críticos tensionam a voz do sujeito invisível ou não convidado pela sociedade, a repensar sobre as práticas normativas de pesquisa, indo contra uma corrente dominante — a norma acadêmica socialmente aceita e estabelecida. Desta forma, “aproximamo-nos daqueles pensamentos que nos movem, colocam em xeque nossas verdades e nos auxiliam a encontrar caminhos para responder nossas interrogações” (Dagmar, 2012, p. 17).

Sob a perspectiva Foucaultiana, utilizaremos o conceito de Biopolítica, apresentado por Foucault em sua obra *Nascimento da Biopolítica* — curso do Collège de France nos anos de 1978 e 1979 — e outras duas obras: *Em defesa da Sociedade*¹ e *Sexualidade, Território e Poder*². Esse conceito constitui uma importante lente para compreender os mecanismos de gestão dos corpos e da população, permitindo analisar a relação entre acesso e permanência dos estudantes Autistas no Ensino Superior. Os

¹ Collège de France Curso de 1976.

² Collège de France, Curso de 1977–1978.



processos biopolíticos de norma e governo tornam-se centrais para compreender como as políticas educacionais são constituídas, através da pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos de produção de dados incluem a análise de artigos e dissertações sobre o tema e a observação de indicadores do Censo da Educação Superior (2010–2023) do INEP. Para dar início à pesquisa, pesquisamos através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações Brasileiras (BDTD), utilizando o seguinte buscador “autismo; ensino superior; permanência”, o que resultou em 26 resultados relacionados. A maioria das pesquisas encontradas são Dissertações, compondo um total de vinte e dois documentos e somente quatro Teses. A análise das informações está em desenvolvimento, incluindo pesquisas que, em seus resumos, mencionem a permanência. Em sequência utilizamos os mesmos buscadores no repositório da CAPES, com o intuito de compreender como os resultados se manifestam em diferentes bases: “autismo; ensino superior; permanência”, filtrando por produções brasileiras de acesso aberto, resultando em 03 artigos de 2020 a 2024.

3. Resultados e discussão

A pesquisa está em desenvolvimento para sua qualificação. Desta forma, algumas informações descritas aqui constituem um demonstrativo inicial, nas buscas por dados que evidenciem a permanência dos estudantes Autistas no Ensino Superior. É importante termos uma reflexão crítica sobre os fatores sociais que nos cercam, além disso, é necessário repensar as condições e os critérios estabelecidos para o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Sabemos que muitas adversidades são encontradas no cotidiano da vida universitária, como dificuldades financeiras, pressão acadêmica, saúde mental, conflitos interpessoais, gestão do tempo — que usualmente são debatidos entre conversas de corredor entre os estudantes neurotípicos, mas, há um distanciamento destes fatores quando relacionados com a busca pela permanência destes estudantes.

O gráfico abaixo, ilustra como os estudantes Autistas estão sendo representados nas universidades através do ingresso e da conclusão. Embora o termo “*Transtorno Global do Neuro Desenvolvimento*” (TGD)” esteja em desuso, a base de dados do Censo da Educação Superior 2010–2023 nomeia-os desta forma. Por isso, em alguns

momentos o uso TGD, como abreviatura, será necessário. A mudança do termo ocorreu com a publicação do DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição), em 2013. A manutenção dessa expressão para produzir dados sobre pessoas Autistas no Censo mostra que, mesmo após onze anos de sua atualização, ainda existe uma grande dificuldade na incorporação do novo termo.

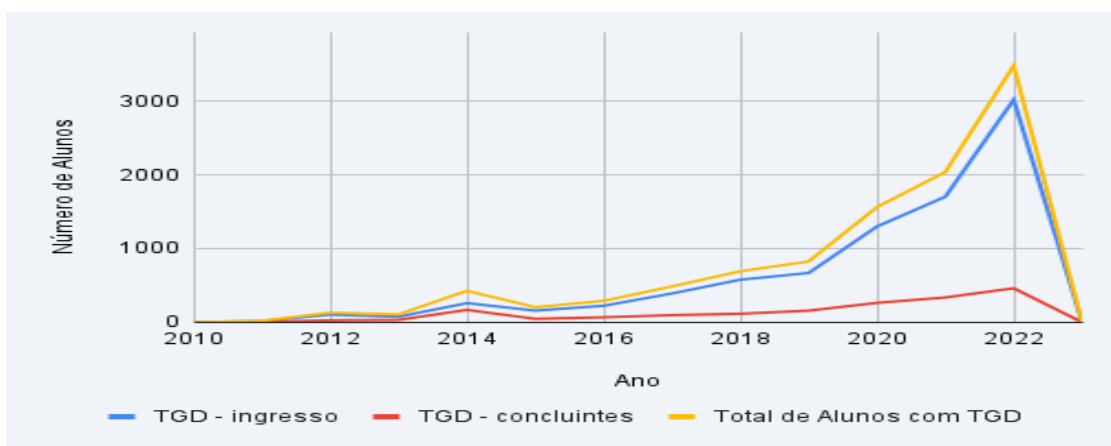


Figura 1: Dados do Censo da Educação Superior referentes ao número de estudantes Autistas ingressantes e concluintes.

Fonte: acervo do autor

Após 2014, na porcentagem de estudantes concluintes do Ensino Superior com TGD, é notada uma tendência de queda, estabilizando-se em torno de 13% a 20% nos anos mais recentes. Isso sugere que, embora o número de concluintes com TGD tenha aumentado em 2022, a proporção em relação ao total de alunos com TGD diminuiu. No entanto, a queda abrupta para 0 em 2023 sugere inconsistências na coleta de dados ou desafios na categorização, evidenciando a necessidade de investigar não somente o acesso, mas as condições de permanência desses estudantes, visto que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 3º, inciso IV, descreve como barreira:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, [...] (Brasil, 2015, s/p).

Evidencia-se, assim, a necessidade de políticas educacionais que incluam sujeitos historicamente excluídos dos espaços de decisão, convidando-os a tensionar,



propor e participar da construção e da gestão da educação. Barreiras atitudinais, falta de adaptações pedagógicas e insuficiência de suporte institucional podem comprometer a trajetória acadêmica de estudantes Autistas, mesmo com o aumento de matrículas, o que procurarei compreender nesta pesquisa.

4. Considerações finais

Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, investiga a necessidade de aprofundar a compreensão sobre as políticas de permanência de estudantes Autistas no Ensino Superior. Os dados preliminares, embora em fase de qualificação, apontam desafios em relação à permanência.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a visibilidade dos estudantes Autistas no Ensino Superior, tensionando a elaboração de políticas educacionais que garantam a permanência, o desenvolvimento acadêmico e a participação desses sujeitos, indo além do acesso que já lhes é garantido por lei.

Referências

BRASIL. Decreto N.º 11.785, de 20 De Novembro De 2023. Institui O Programa Federal De Ações Afirmativas. Diário Oficial Da União: Seção 1, Brasília, DF, P. 4, 21, Nov. 2023. Acesso Em 05 Jun. 2020.

BRASIL. Lei N° 12.711, de 29 De Agosto De 2012. Dispõe Sobre O Ingresso Nas Universidades Federais E Nas Instituições Federais De Ensino Técnico De Nível Médio E Dá Outras Providências. Diário Oficial Da União: Seção 1, Brasília, DF, P. 1, 30 Ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

INEP. Censo Da Educação Superior. Ministério Da Educação. Acesso Em: 24 Jun. 2025

FOUCAULT, Michel. Nascimento Da Biopolítica: Curso Dado No Collège De France (1978–1979). Edição Estabelecida Por Michel Senellart, Sob A Direção De François Ewald E Alessandro Fontana. Tradução De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins .

FOUCAULT, Michel. Em Defesa Da Sociedade: Curso Dado No Collège De France (1976). Edição Estabelecida Por François Ewald E Alessandro Fontana. Tradução De Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012
Fontes, 2008.